



# SINOPSE SINTIUS

## Informativo do Sindicato dos Urbanitários

### 25/08/2021

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

#### Minirreforma trabalhista suspende contribuição

Além de restringir direitos trabalhistas e o acesso à Justiça gratuita, o projeto de lei de conversão da Medida Provisória 1.045, aprovado pela Câmara neste mês, também pode impactar as aposentadorias. Um destaque apresentado ao texto-base desobriga empresas da contribuição previdenciária ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que atualmente é descontada da folha de pagamento.

A MP surgiu em abril deste ano como uma renovação do programa de redução de salários, suspensão dos contratos de trabalho e pagamento de benefício emergencial. Mas os deputados acrescentaram à proposta alterações na CLT e novas modalidades de contratação com direitos reduzidos.

Uma das alterações prevê que, durante a suspensão do contrato, o segurado poderá se tornar um contribuinte facultativo com a Previdência Social e retirar a contribuição de seu próprio bolso. Para o advogado Leandro Madureira, especialista em Direito Previdenciário e sócio do escritório Mauro Menezes & Advogados, a medida é "uma absoluta incongruência, tendo em vista que esse trabalhador está sem renda. A manutenção desse trabalhador ao sistema de Previdência é onerosa".

O advogado previdenciário Ruslan Stuchi, sócio do escritório Stuchi Advogados, explica que o segurado facultativo poderia optar por uma contribuição de 11% ou de 20%. No primeiro caso, a taxa incide sobre um salário mínimo e o trabalhador tem direito à aposentadoria por idade. Já no segundo caso, o salário de contribuição varia entre um salário mínimo e o teto de recolhimento (de aproximadamente R\$ 6,4 mil).

De acordo com o advogado Luiz Gustavo Bertolini, especialista em Direito Previdenciário e sócio do escritório Aith, Badari e Luchin Advogados, a maioria dos brasileiros não tem planejamento ou conhecimento previdenciário suficientes para optar pela contribuição facultativa caso o desconto automático acabe.

Saiba mais em: Consultor Jurídico, quarta-feira 25 de agosto.

#### Governo Bolsonaro busca diálogo com centrais sindicais em meio à crise de popularidade

O ministro do Trabalho e Previdência, Onyx Lorenzoni, recebeu representantes das Centrais Sindicais nesta terça-feira (24), em Brasília. As lideranças das centrais disseram à jornalista Camila Mattoso, do Painel da Folha, que o convite partiu de Lorenzoni, que manifestou interesse em abrir um canal de diálogo para ouvir as demandas do movimento sindical.

A aproximação acontece em um momento em que o presidente enfrenta crise de popularidade, pressionado pela CPI da Covid, pela relação tensa com o Supremo Tribunal Federal e por manifestações que pedem seu impeachment, das quais participam as próprias centrais sindicais.

"Foi um primeiro contato. Questionamos se a recriação do ministério é para centralizar o debate sobre trabalho e colocá-lo no lugar certo. É o espaço correto, dialogando com as centrais sindicais e as empresas", diz Sergio Nobre, presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Saiba mais em: CNTI, quarta-feira 25 de agosto.

## Aumentos na conta de luz e gasolina superam alimentação

Segundo o economista do Ibre/FGV André Braz, a inflação mudou do ano passado para este. Ele diz que, em 2020, o que pressionou mais a economia foram os alimentos, prejudicando a baixa renda. De lá para cá, o preço dos alimentos parou de subir tão rapidamente e o que tem chamado a atenção são os valores administrados, controlados pelo poder público, como a energia elétrica e gasolina.

“Os preços administrados, neste ano, é que estão tomando o espaço como vilões da inflação. Arrisco a dizer que houve uma democratização da inflação, que agora afeta ricos e pobres. Se no ano passado, a inflação afetou mais os menos favorecidos. Agora, atinge mais bens de luxo, como a gasolina. As famílias de baixa renda não gastam muito do orçamento com gasolina, quando gastam”, aponta.

O economista não acredita em queda nos preços. “A inflação vai continuar persistente. Não é à toa que o Comitê de Política Monetária (Copom) tem subido a taxa Selic, que está em 5,25% e a aposta é que termine o ano em 7,5%. Isso acontece porque a expectativa dos agentes econômicos para este ano e ano que vem só sobe”.

Ele ressalta que, aumentando o juro, é maior a chance de cumprir a meta ou ficar com a inflação próxima da meta em 2022. “É lá o horizonte relevante que a política monetária tem que alcançar e onde o Banco Central tem tentado garantir o cumprimento de meta”.

Saiba mais em: [atribuna.com.br](http://atribuna.com.br), quarta-feira 25 de agosto.

## Governo vê situação pior e reforça medidas para garantir energia

O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) avaliou nesta terça-feira (24) que houve "relevante piora" nas condições do setor elétrico e decidiu propor novas medidas para garantir o suprimento de energia no país.

"A exemplo do verificado nos últimos meses, predomina a degradação dos cenários observados e prospecções futuras, com relevante piora, fazendo-se imprescindível a adoção de todas as medidas em andamento e propostas, destacadamente a alocação dos recursos energéticos adicionais e flexibilizações de restrições hidráulicas", disse o comitê.

"Ademais, foram também discutidos aspectos relacionados a flexibilizações operativas hoje estabelecidas relacionadas a níveis mínimos de armazenamento de usinas hidrelétricas e o CMSE indicou a necessidade de uso dos estoques hídricos armazenados", diz o comitê, em nota.

O texto, porém, não identifica quais seriam as hidrelétricas que terão os estoques consumidos. A pouca transparência em relação às medidas de enfrentamento à crise é alvo de críticas do mercado, que prega maior clareza sobre a real situação do setor elétrico.

As propostas serão avaliadas pela Creg (Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética), grupo liderado pelo MME (Ministério de Minas e Energia) para enfrentar a crise, que se reunirá nesta quarta (25).

Nesta terça, o Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) propôs um sistema de bonificação a clientes que economizarem energia por meio de descontos na bandeira tarifária, a taxa extra cobrada sobre a conta de luz para custear as térmicas.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 25 de agosto.